

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Pecúnia S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e semestre findo em 31 de dezembro de 2007, juntamente com o parecer dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Conforme exigido pelo artigo 8º da Circular nº 3068 de 08/11/2001 do Banco Central do Brasil que trata dos Títulos de Renda Fixa, declaramos para todos os fins, que possuímos capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento".

**Estrutura de Controle Interno e Risco Operacional** - As áreas de Compliance e Auditoria Interna compõem o núcleo de controles internos, acompanhando periodicamente para que todos os procedimentos estejam em conformidade. O Compliance é responsável pela implementação de um programa de monitoramento do Risco Operacional, bem como pelo acompanhamento do Plano de Continuidade dos Negócios na Instituição, além da criação e implementação de Políticas e Procedimentos internos adequados. A área de Auditoria Interna do Banco é totalmente independente e responsável perante o Banco Central e outras agências regulatórias pelo monitoramento dos controles internos, riscos operacionais, sigilo de informações e prevenção à lavagem de dinheiro. Seguindo as práticas de mercado, exigências legais e de necessidades internas, o Banco possui um Comitê de Controles Internos que atua no gerenciamento e controle de suas áreas específicas, dentro do escopo de responsabilidades indicado pelas Diretorias. O Relatório Semestral de Risco Operacional encontra-se disponível na área de Compliance. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e colaboradores o estreitamento dos laços de parceria e confiança. São Paulo, 20 de março de 2008. **A DIRETORIA**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Expressos em milhares de reais)**

	2007	2006		2007	2006
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>239.382</b>	<b>259.219</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>205.879</b>	<b>227.010</b>
Disponibilidades	122	107	Depósitos	189.473	165.494
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.633	53.355	Depósitos à vista	-	237
Aplicações no mercado aberto	26.611	50.926	Depósitos interfinanceiros	165.280	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.022	2.429	Depósitos a prazo	23.956	165.493
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.945	18.274	Captações no mercado aberto	-	200
Carteira própria	9.494	1.135	Carteira de terceiros	-	200
Vinculados à prestação de garantias	451	16.801	Relações interfinanceiras	7	21
Instrumentos financeiros derivativos	-	338	Fibrações junto aos participantes de sistema de liquidação	7	21
Relações interfinanceiras	1.286	707	Relações interdependências	6.210	8.399
Créditos vinculados	180	143	Recursos em trânsito de terceiros	6.210	8.399
Relações com correspondentes	1.106	564	Instrumentos financeiros derivativos	-	13.880
Relações interdependências	141	176	Instrumentos financeiros derivativos	-	13.880
Transferências internas de recursos	141	176	Outras obrigações	10.187	39.716
Operações de crédito	175.023	158.925	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	72	61
Operações de crédito - setor privado	225.854	176.174	Sociais e estatutárias	-	3.509
(-) Provisão para perdas com operações de crédito	(50.831)	(17.249)	Fiscais e previdenciárias	956	5.787
Outros créditos	7.489	11.223	Negociação e intermediação de valores	-	16.481
Diversos	6.163	11.223	Diversas	9.159	13.848
(-) Provisão para perdas com outros créditos	(674)	-	Outras receitas operacionais	31.835	20.912
Outros valores e bens	16.743	16.452	Depósitos	8.060	12.285
Outros valores e bens	981	226	Depósitos a prazo	8.060	12.285
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(37)	-	Outras obrigações	10.187	39.716
Outros valores e bens	15.709	16.226	Fiscais e previdenciárias	8.627	8.627
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>66.475</b>	<b>38.739</b>	Diversas	21.027	7.970
Operações de crédito	55.184	29.582	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>928</b>	<b>1.082</b>
Operações de crédito - setor privado	58.114	30.449	Receitas de exercícios futuros	928	1.082
(-) Provisão para perdas com operações de crédito	(2.930)	(667)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>81.226</b>	<b>58.632</b>
Outros créditos	5.036	3.927	Capital	102.583	26.550
Diversos	5.036	3.927	De domiciliados no país	102.583	26.550
(-) Provisão para perdas com outros créditos	-	(50)	Reserva de capital	763	1.313
Outros valores e bens	6.255	5.230	Reserva de reavaliação	344	366
Despesas antecipadas	6.255	5.230	Reserva de lucros	1.049	1.049
<b>PERMANENTE</b>	<b>14.009</b>	<b>10.378</b>	(Prejuízos) ou lucros acumulados	(22.707)	30.160
Investimentos	9.857	6.910	(-) Ações em tesouraria	(806)	(806)
Participações em controlada - no País	9.847	6.614			
Outros investimentos	350	296			
(-) Provisão para perdas em investimento	(340)	-			
Imobilização de uso	3.092	2.208			
Imóveis de uso	595	595			
Reavaliações de imóveis de uso	826	826			
Outras imobilizações de uso	4.398	3.371			
Depreciações acumuladas	(2.727)	(2.584)			
Diferido	1.060	1.260			
Gastos de organização e expansão	2.640	2.451			
Amortização acumulada	(1.580)	(1.191)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>319.866</b>	<b>308.336</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>319.866</b>	<b>308.336</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo/lucro por lote de mil ações)**

	2007		2006	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>72.440</b>	<b>139.584</b>	<b>149.543</b>	<b>144.579</b>
Operações de crédito	70.385	136.005	147.579	144.579
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.055	4.087	6.994	6.994
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(508)	(1.930)	(1.930)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(46.683)</b>	<b>(90.177)</b>	<b>(91.450)</b>	<b>(91.450)</b>
Operações de captação no mercado	(10.486)	(22.082)	(26.798)	(26.798)
Operações de empréstimos e repasses	-	(106)	(341)	(341)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.197)	(67.989)	(64.311)	(64.311)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>25.757</b>	<b>49.407</b>	<b>58.093</b>	<b>(43.655)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(37.947)</b>	<b>(72.454)</b>	<b>(43.655)</b>	<b>(43.655)</b>
Receitas de prestação de serviços	3.987	8.135	8.135	10.333
Despesas de pessoal	(2.903)	(7.420)	(5.615)	(5.615)
Outras despesas administrativas	(27.443)	(54.992)	(51.136)	(51.136)
Resultado de participações em controladas	(564)	(969)	669	669
Despesas tributárias	(1.382)	(2.764)	(2.566)	(2.566)
Outras receitas operacionais	1.543	5.455	6.451	6.451
Outras despesas operacionais	(11.185)	(19.499)	(17.791)	(17.791)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(12.190)</b>	<b>(22.647)</b>	<b>14.338</b>	<b>14.338</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(769)</b>	<b>(1.466)</b>	<b>(230)</b>	<b>(230)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(12.959)</b>	<b>(24.113)</b>	<b>14.208</b>	<b>14.208</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>1.104</b>	<b>3.185</b>	<b>(3.158)</b>	<b>(3.158)</b>
Provisão para imposto de renda corrente	(142)	(142)	(3.050)	(3.050)
Provisão para contribuição social corrente	(61)	(61)	(1.117)	(1.117)
Alvo fiscal diferido	1.307	3.388	1.009	1.009
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(11.855)</b>	<b>(20.947)</b>	<b>11.014</b>	<b>11.014</b>
<b>DE MIL AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RS</b>	<b>(7.47)</b>	<b>(13.20)</b>	<b>29,04</b>	<b>29,04</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Expressos em milhares de reais)**

	2007		2006	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>71.614</b>	<b>131.553</b>	<b>41.112</b>	<b>41.112</b>
Lucro líquido ajustado	-	-	11.014	11.014
Lucro do exercício	-	-	11.014	11.014
Depreciações e amortizações	-	-	762	762
Resultado de participação em controladas	-	-	(669)	(669)
Reversão da provisão para impostos sobre reservas de reavaliação	5	10	12	12
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	411	411
Recursos de acionistas	67.533	76.033	-	-
Realização de capital social	67.533	76.033	-	-
Recursos de terceiros originários de	4.076	55.510	29.582	29.582
Resultado de participação em controladas	3.987	8.135	8.135	8.135
Depósitos	1.089	19.754	21.064	21.064
Captação no mercado aberto	-	-	1	1
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	1.401	1.401
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.154	2.154
Outras obrigações	3.838	-	8.402	8.402
Realização dos subgrupos do ativo	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	199	35.676	8.244	8.244
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	199	8.329	-	-
Outros créditos	-	2.625	-	-
Alienação de bens e investimentos	39	80	274	274
Investimentos	-	-	51	51
Imobilização de uso	39	80	223	223
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>	<b>71.523</b>	<b>131.538</b>	<b>41.110</b>	<b>41.110</b>
Prejuízo líquido ajustado	-	-	18.804	18.804
Prejuízo do semestre/exercício	11.855	20.947	-	-
Depreciações e amortizações	(408)	(797)	-	-
Resultado de participação em controladas	(565)	(969)	-	-
Provisão para perdas em investimento	(40)	(340)	-	-
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(16)	(37)	-	-
Dividendos distribuídos	-	18.711	2.160	2.160
Juros sobre capital próprio distribuído	-	-	4.128	4.128
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	6	6
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	11.976	11.976
Outros valores e bens	64	154	-	-
Variação no resultado de exercícios futuros	7.091	8.135	721	721
Outros valores e bens	484	755	-	-
Investimentos	5.973	6.071	-	-
Imobilização de uso	634	1.372	721	721
Aplicações no diferido	159	189	323	323
<b>Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>44.885</b>	<b>42.842</b>	<b>33.772</b>	<b>33.772</b>
<b>Aplicações de liquidez</b>	<b>24.483</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.979	1.979
Relações interfinanceiras e interdependências	209	544	185	185
Operações de crédito	15.148	41.700	25.176	25.176
Outros créditos	470	307	3.057	3.057
Outros valores e bens	4.575	598	3.375	3.375
Diminuição dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	8.798	30.664	-	-
Depósitos	7.520	-	-	-
Captação no mercado aberto	-	200	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	1.278	2.203	-	-
Outras obrigações	-	14.381	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.880	-	-
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>91</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Disponibilidades:				
No início do semestre/exercício	31	107	105	105
No fim do semestre/exercício	122	122	107	107
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>91</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital	(-)Capital a realizar	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros legal	(Prejuízos) ou lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.015</b>	<b>387</b>	<b>1.518</b>	<b>25.745</b>	<b>(800)</b>	<b>53.865</b>
Aumento de capital - AGE de 04/04/06	1.550	-	-	(737)	-	(813)	-	-	35
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	35	-	-	-	-	(6)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	33
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(33)	-	-	-	12
Ajuste da provisão para impostos sobre reserva de reavaliação	-	-	-	-	12	-	-	-	11.014
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.014
Destinações:									
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(2.160)	(2.160)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(4.128)	(4.128)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	344	(344)	-	58.632
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>26.550</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.313</b>	<b>366</b>	<b>1.049</b>	<b>(30.160)</b>	<b>(806)</b>	<b>319.866</b>
Ajustes de exercícios anteriores - nota 19	-	-	-	-	-	-	(13.241)	-	(13.241)
Lucros distribuídos	-	-	-	-	-	-	(18.711)	-	8.500
Aumento de capital AGE de 29/03/07 - homologado pelo BACEN em 27/04/07	8.500	-	-	-	-	-	-	-	67.533
Aumento de capital - AGE de 28/06/07 e de 27/07/07 - homologado pelo BACEN em 14/08/07	67.533	-	-	-	-	-	-	-	54
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	54	-	-	-	-	(604)
Estorno de investimento por incentivos fiscais	-	-	-	(604)	-	-	-	-	32
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(22)	-	-	-	(20.947)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.707)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>102.583</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>763</b>	<b>344</b>	<b>1.049</b> </			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**  
(Em milhares de reais)

**12. DEPÓSITOS**  
São representados, substancialmente, por captações em depósitos interfinanceiros e por depósitos a prazo com vencimentos até 2010, e são eletuados às taxas normais de mercado, atreladas, principalmente, à variação do CDI. A composição dos depósitos por vencimento é a seguinte:

	2007				Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	De 1 a 3 anos	
À vista .....	237	-	-	-	237
A prazo .....	-	21.008	2.948	8.060	32.016
Interfinanceiros.....	-	30.390	134.890	-	165.280
Total .....	237	51.398	137.838	8.060	197.533

  

	2006				Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	De 1 a 3 anos	
À vista .....	1	-	-	-	1
A prazo .....	-	134.331	31.162	12.285	177.778
Total .....	1	134.331	31.162	12.285	177.779

**13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias:**

	2007	2006
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros .....	203	4.167
Impostos e contribuições a reatuar .....	742	934
Provisão para riscos fiscais:		
Imposto de renda e contribuição social (a) .....	2.037	2.037
Programa de Integração Social - PIS (b) .....	281	281
Contribuição ao Fundo de Integração Social - COFINS (b) .....	10.147	5.503
Provisão para contingências fiscais diversas (c) .....	6.171	-
Provisão sobre autuações fiscais (d) .....	1.956	-
Imposto de renda e contribuição social (f) .....	-	674
Provisão para contingências cíveis (e) .....	297	-
Imposto de renda diferido .....	149	161
Total .....	21.983	13.757
Parcela de curto prazo .....	956	5.787
Parcela de longo prazo .....	21.027	7.970
Total .....	21.983	13.757

(a) Refere-se, basicamente, aos tributos provisionados sobre o valor da diferença de correção monetária do "Plano Verão", excluída das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, apuradas nos exercícios de 1997 e 1998, discutida judicialmente pelo Banco. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de êxito. (b) Refere-se à diferença entre os valores de PIS e COFINS devidos e os valores efetivamente recolhidos. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (c) Refere-se, principalmente, aos questionamentos de pagamentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o qual o Banco vem contestando por meio de medidas judiciais a sua exigibilidade. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (d) Refere-se à provisão sobre autuação fiscal de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social, lavrada em junho de 2007 que está sendo discutido judicialmente pelo Banco. A parcela que o Banco entende ser devida, no montante de R\$ 4.337, foi recolhida em julho de 2007. (e) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (f) Refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, correspondente ao exercício de 2001, parcelado pelo Banco em virtude de não ter sido reconhecido pela Receita Federal a compensação com créditos de exercícios anteriores. Este parcelamento foi liquidado no final do segundo semestre de 2007.

**b) Diversas**

	2007	2006
Cheques administrativos .....	477	602
Obrigação por aquisição de bens e direitos .....	78	27
Provisão para pagamentos a efetuar .....	3.635	4.730
Provisão para contingências trabalhistas (a) .....	657	657
Provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa nº 20a) .....	2.091	-
Provisão para pagamento de lojistas .....	4.347	7.730
Valores a pagar a sociedades ligadas .....	349	302
Outras .....	473	457
Total .....	11.907	14.505
Parcela de curto prazo .....	9.159	13.848
Parcela de longo prazo .....	2.748	657
Total .....	11.907	14.505

(a) Refere-se à provisão para contingências trabalhistas, que foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos.

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**  
O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente, relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estando assim compostos:**

	2007			2006		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial .....	2.514	913	3.427	1.772	646	2.418
Adições líquidas .....	2.491	897	3.388	742	267	1.009
Saldo final .....	5.005	1.810	6.815	2.514	913	3.427

**c) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:**

	2007	2006
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações .....	(24.113)	14.205
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente .....	8.198	(4.830)
Efeito das adições e exclusões no resultado:		
Resultado da equivalência patrimonial .....	(329)	227
Multas .....	(496)	-
Provisão para contingências fiscais .....	(4.168)	413
Juros sobre o capital próprio (*) .....	-	1.404
Outros .....	(20)	(372)
Total .....	3.185	(3.158)

(\*) Os juros sobre o capital próprio são originalmente registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa, por ocasião de apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se da essência da transação e, portanto, estes são equiparados a dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações, o lançamento mencionado anteriormente é reclassificado, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito da conta "Lucros (prejuízos) acumulados".

O Banco possui créditos tributários sobre adições indedutíveis temporariamente, não registrados, em virtude de não atender à todas as exigências da Resolução nº 3.059/02 do BACEN, no montante aproximado de R\$ 17.917 (R\$ 6.441 em 2006). Os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%), no montante estimado de R\$ 6.092 (R\$ 2.190 em 2006), serão reconhecidos quando efetivamente utilizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN.

**d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:**  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir apresentamos o cronograma de realização dos créditos tributários:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2007	2006
2007 .....	-	2.746
2008 .....	4.254	681
2009 .....	2.561	-
Total .....	6.815	3.427

Em 31 de dezembro de 2007, o valor presente dos créditos tributários, calculados com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 6.485 (R\$ 2.908 em 2006).

**15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**  
Refere-se à comissão de abertura de crédito cobrada no ato da contratação do financiamento, e apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital Social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.607.817 ações (400.000 ações em 31 de dezembro de 2006) ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, encontravam-se em tesouraria 20.764 ações.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2007, deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 8.500, com emissão de 55.324 ações ordinárias, homologado pelo BACEN em 27 de abril de 2007.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2007, deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 1.533 com emissão de 1.137.926 ações, homologado pelo BACEN em 14 de agosto de 2007.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27 de julho de 2007, deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 66.000 com emissão de 1.137.926 ações, homologado pelo BACEN em 14 de agosto de 2007.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido, de acordo com a legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, houve pagamento de dividendos sobre lucros acumulados no montante de R\$ 18.711. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, houve pagamento de dividendos, no montante de R\$ 2.160, e de juros sobre capital próprio, estes calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 4.128. O Banco tomou a dedutibilidade da despesa com os juros sobre o capital próprio pagos no exercício para fins da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, gerando um benefício tributário de R\$ 1.404.

**17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, e os saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são assim resumidos:

	2007		2006	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos à vista .....	(211)	-	-	-
Depósitos a prazo .....	(294)	(340)	(3.678)	(416)
Relações interdependências .....	3	-	11	-
Outras obrigações - diversas (a) .....	(1.914)	-	(2.666)	-
Outras despesas administrativas				
Despesa de serviços técnicos especializados.....	-	(18.322)	-	(17.438)
Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros				
Depósitos a prazo .....	(4.202)	(210)	-	-
Relações interdependências .....	798	-	-	-
Banco Societé Générale Brasil S.A.				
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	5.600	94	-	-
Depósitos interfinanceiros .....	(40.398)	(3.617)	-	-

(a) Refere-se a valor a pagar para a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. pela prestação de serviços de promoção de vendas financiada.

**18. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS**

**a) Outras despesas administrativas**

	2007	2006
Despesas de serviços técnicos especializados .....	(28.669)	(33.124)
Despesas de processamento de dados .....	(2.967)	(1.552)
Despesas de serviços do sistema financeiro .....	(292)	(429)
Despesas de alugueis .....	(637)	(382)
Despesas de serviços de terceiros .....	(11.146)	(6.029)
Despesas de manutenção e conservação de bens .....	(435)	(243)
Despesas de publicação .....	(123)	(150)
Despesas de comunicações .....	(3.380)	(1.844)
Despesas de transportes .....	(1.103)	(1.005)
Despesas de material .....	(403)	(326)
Outras .....	(5.837)	(6.052)
Total .....	(54.992)	(51.136)

**b) Outras receitas operacionais**

	2007	2006
Recuperação de encargos e despesas .....	3.120	5.616
Reversão de provisões operacionais (*) .....	1.753	10
Outras rendas operacionais .....	582	825
Total .....	5.455	6.451

(\*) Refere-se, principalmente, à reversão de provisão para certificado de investimento FINOR, no montante de R\$ 506 mil, e reversão de provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$ 512 mil.

**c) Outras despesas operacionais**

	2007	2006
Descontos concedidos .....	(4.003)	(1.192)
Provisões para contingências fiscais .....	(13.322)	(74)
Outras .....	(2.174)	(525)
Total .....	(19.499)	(1.791)

**19. AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR**  
Em 29 de março de 2007, o Banco Societé Générale Brasil S.A. e a Tecnicrodito SGPS S.A., holding do Banco Mais S.A. (com sede em Portugal), adquiriram a totalidade das ações da Galo S.A., controladora do Banco Pecúnia S.A. A administração da controlada, visando a preparação das demonstrações financeiras desse Banco, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para adaptação das práticas contábeis àquelas utilizadas pelas controladoras, ajustou o balanço patrimonial desse Banco, na data-base de 30 de junho de 2007, contabilizando no patrimônio líquido ajustes negativos no montante de R\$ 13.241, decorrentes, principalmente, de: (a) provisão para contingências tributárias, classificados como de perda provável, no montante de R\$ 3.809; (b) provisão para operações de crédito cedidas com coobrigação, no montante de R\$ 2.603; e (c) baixa de comissões pagas antecipadamente relativas a operações de crédito cedidas, as quais estavam registradas indevidamente na conta de despesas antecipadas, no ativo, no montante de R\$ 4.076.

**20. GARANTIAS PRESTADAS**  
a) As cobragações em cessões de créditos montam em R\$ 35.641 (R\$ 81.977 em 31 de dezembro de 2006), para as quais foi registrada provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação (veja nota explicativa nº 13 b) no montante de R\$ 2.091, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão de créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. Dessas cobragações, R\$ 34.636 (R\$ 72.344 em 31 de dezembro de 2006) possuem garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados, e R\$ 1.005 (R\$ 9.633 em 31 de dezembro de 2006) são provenientes de crediários mediante aceitação de cheques.

b) Em 31 de dezembro de 2006, as cartas de fianças emitidas pelo Banco montam em R\$ 350.

**21. EVENTOS SUBSEQUENTES**  
a) CPMF - A Emenda Constitucional nº 42/2003 prorrogou o prazo de vigência da CPMF para até 31 de dezembro de 2007. Diante disso, por não ter sido editado qualquer outro dispositivo legal julgando a questão, a contribuição deixou de ser exigida sobre as movimentações financeiras realizadas a partir de janeiro de 2008.

b) IOF - Em 3 de janeiro de 2008, o Decreto nº 6.339, alterou as alíquotas de IOF de diversas operações financeiras, entre as quais estão incluídas as operações de crédito.

c) Contribuição social - A Medida Provisória nº 413, publicada em 3 de janeiro de 2008, alterou o art. 3º da Lei nº 7.689/88, determinando o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras e equiparadas de 9% para 15%. Quando aprovada, da forma que foi editada, o aumento da alíquota da CSLL produzirá efeito a partir de maio de 2008. Em decorrência do aumento da CSLL, o saldo de contribuição social diferida ativa existente em 31 de dezembro de 2007, que será realizado a partir de maio de 2008, será aumentado em aproximadamente R\$ 1.200 mil, cujo efeito será registrado no resultado do exercício de 2008.

d) Novos procedimentos contábeis para contingências - Em 31 de janeiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 3.535 que aprimora a regulamentação vigente acerca do registro das provisões, contingências passivas e contingências ativas por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A resolução torna obrigatória a adoção, de forma substancial, da Norma e Procedimento do Contabilizador nº 22 (NPC 22) editado pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, estendendo sua aplicação às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, que têm até 30 de junho de 2008 para sua adesão.

**22. MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA (COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008)**  
Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões e receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que podem afetar o Banco podem ser resumidas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controles dos bens (exemplo leasing financeiro).

- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

- Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) perda por não recuperação desses ativos será registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos e (ii) quando há evidência que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos e (iii) que o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar depreciação, amortização e exaustão é revisada e ajustado.

- Requerimentos que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- Criação de um novo subgrupo de contas, Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.

- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

- Requerimento que transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada ou decorente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração do Banco ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

**CONTADOR - IRINEU FERMAN - TC-CRC 15P165.254/O-3**

**A DIRETORIA**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores do Banco Pecúnia S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco Pecúnia S.A., levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema

contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A. em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer, datado de 2 de fevereiro de 2007, sem ressalva.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2008

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Osmar Aurélio Lujan**  
Contador CRC nº 1 SP 160203/O-1

